

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DEFESA SOCIAL DO RECIFE

Recife, 25 de Agosto de 2016.

PARTICIPANTES:

Cacilda Medeiros (Gerência de Promoção de Direitos Humanos da Prefeitura do Recife);
Amadou Touré (Centro Islâmico);
Isaac Machado (Federação de Entidades Ibura Jordão/FIJ);
Sirley Vieira (Instituto Papai);
Gilvania Kardinally (Secretaria de Educação);
Adelço Caliarí (Instituto Boa Vista);
Fabíola Farias (Secretaria de Assuntos Jurídicos);
Vesta Pires (Secretaria de Assuntos Jurídicos);
José de Oliveira (Movimento Negro Unificado/PE).

PAUTA:

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e dezesseis, reuniram-se na sala de Reunião do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, os integrantes dos órgãos nominados supramencionados com o desígnio de realizar a **terceira** reunião ordinária do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã. A reunião iniciou-se com a leitura e aprovação da Ata e foi mediada por Cacilda Medeiros, pois Paulo Moraes e Alexandre Nápoles precisaram se ausentar. Vesta iniciou a leitura da Lei nº 16.701/2001. Cacilda pontua que não tem ninguém da Secretaria de Segurança Urbana presente (COMPAZ e Guarda Municipal) e sempre que possível, convidar algum representante. Sugeriu criar no Conselho de Direitos Humanos, mais grupos de trabalho, além daquele que já existe, para se concentrar no planejamento, levantando a questão dos pontos positivos e fraquezas dentro da Prefeitura e diante da Sociedade Civil. Comenta que seria interessante este planejamento em outro espaço. Caliarí sugeriu o espaço do Instituto Boa Vista na Rua das Ninfas, onde a mediação será realizada por Cacilda e a mesma provocou que seria necessário escolher os eixos pra trabalhar no planejamento. O primeiro GT escolhido foi criado na intenção de trabalhar nas alterações/revisões do Marco Legal e organização do Conselho de um modo geral e agora a proposta seria eleger as prioridades que serão trabalhadas daqui por diante. A priori, a proposta seria levar para o dia do planejamento os 3 eixos temáticos da última Conferência: Afirmação e fortalecimento da Democracia; Garantia e Universalização de Direitos e

Promoção e Consolidação da Igualdade. Importante marcar a reunião de planejamento convocando todos os conselheiros e lá se dividirem, elencando as ameaças internas e externas e construir propostas e também levar os resultados da Conferência anterior para que cada grupo possa tirar suas propostas de trabalho. Cacilda pontua que no final da gestão, tudo pode acontecer, mesmo que Geraldo Julio seja reeleito nestas eleições, tudo vai mudar e é importante que o Conselho de Direitos Humanos esteja com um planejamento pronto, para mostrar as pessoas que estão chegando que temos uma política de Direitos Humanos. Decidiu-se marcar esta referida reunião na primeira semana de Novembro deste. Caliarí aproveitou o momento dos informes, para colocar um fato que vem ocorrendo com o Instituto Boa Vista, criado há 15 anos, que atua junto a população em situação de rua, principalmente no entorno da Boate Metrópole. Relatou que, o número dessas pessoas vem aumentando, e em sua maioria usuários de crack. Colocou ainda que, a Boate vem passando pelo constrangimento de ser fiscalizada repetidamente, para averiguação da existência de adolescentes, nas dependências do espaço. Em seu ponto de vista, se já ficou constatado que não existe, são desnecessárias novas visitas. Cacilda sugeriu que o Conselheiro procurasse saber qual a entidade está efetuando a fiscalização, para uma possível providência, visando sanar esse constrangimento. José de Oliveira trás um informe em relação a uma pesquisa sobre genocídio em especial da juventude/Nordeste e que um rapaz foi assassinado no Ibura recentemente. Fala também da abordagem da polícia - que na maioria das vezes - é de intimidação. No decorrer do corrente, um ato público foi questionado pela Polícia sobre a sua logística e até mesmo pediram que apresentassem um organograma de como seria a atividade. O Conselheiro demanda que o Conselho de Direitos Humanos fique atento e se posicione, em especial, a realização dessas ações, pois trata-se de um Estado Democrático de Direito e estas manifestações são lícitas. Isaac tem dois relatos a fazer, primeiramente em relação a Câmara dos Deputados que não tem acessibilidade, onde o elevador faz 6 meses que está quebrado dificultando o acesso ao recinto e o outro fato, é que no Terminal Integrado do Ibura (Tancredo Neves), nenhuma linha de ônibus com destino ao Ibura, estava com os elevadores funcionando. Por conta deste transtorno, o mesmo precisou dormir no local, sem possibilidade de pegar um táxi pois a cadeira é elétrica e não fecha para colocar dentro do carro. Ele está repassando para o Conselho, que além dos outros segmentos, as pessoas com deficiência também sofrem com o descaso da sociedade. Ele pede denúncia ao Ministério Público e o mesmo diz que está tentando uma vaga no Conselho da Pessoa com Deficiência. Contesta que o Conselho em questão tem poder e força para encaminhar a denuncia que foi pleiteada e poder deliberativo para notificar as demandas recebidas. Membros do Conselho aludem que o Presidente da Câmara dos Vereadores, tem que se posicionar e também o Presidente do Consórcio de Transportes. Contudo, depois deste relato, é de suma importância, a realização de uma escuta dos representantes destes órgãos citados, e a partir daí, deliberar e se não for cumprida, acionar o Ministério Público para resolver o pleito em questão. José de Oliveira está indignado e que Isaac precisa ser assistido em relação a um transporte para

não faltar as reuniões e está chegando atrasado por conta disso. Informa que Ele não está tendo a cobertura a contento em relação ao transporte que lhe foi prometido desde a primeira reunião. Em contrapartida, foi lhe dado alternativas (disponibilização de um carro de passeio e uma Van para o seu traslado) e não foram supridas a contento. Os Conselheiros persistem em solucionar esta demanda. O próprio Isaac sugere a locação de um Fiat Doblô adaptado ou uma Kombi de seu conhecimento que pode ser uma possibilidade/alternativa. Cacilda relata que existe o Conselho de Pessoas com Deficiência, no qual a mesma coordena, e que ficou acordado que as pessoas que se candidatam teriam que ter possibilidade de ir para as reuniões por conta própria. Por ora, essa pendência acima citada, quem dará a solução é a gestão e seria viável encaminhar para o Secretário Executivo - Paulo Moraes - deliberar. Sirley questiona em relação a dotação orçamentária para o funcionamento do conselho e que isso foi votado na primeira reunião. A gestão ficaria responsável pela resolução, e fica na expectativa da autorização do referido pleito. Descreve também que foi acordado que o Metrorec também seria notificado a prestar esclarecimentos sobre o não funcionamento dos elevadores da estação, o que fez com que o cadeirante Isaac (Conselheiro), não pudesse acessar o Metrô para ir para localidade onde reside. A próxima reunião está marcada para o dia vinte e nove de setembro de dois mil e dezesseis, às 9h na sala de Reunião da Gerência Geral de Direitos Humanos/PCR, 6º andar.



WELLINGTON PASTOR

Vice Presidência CMDH



ANA LÍGIA VANDERLEI

Secretária "ad hoc" CMDH